

Diversidade Cultural, Educação e a questão indígena

Por Gersem Luciano

A questão da Diversidade Cultural é de extrema relevância para o mundo de hoje e, muito particularmente, para o Brasil, que vive nos últimos anos um intenso debate, sobre tudo no campo da Educação que é o campo que eu mais acompanho a partir da discussão sobre as políticas de ações afirmativas. São políticas voltadas, de certa maneira, para minorias não só étnicas mas também sociais. Sou da Região Amazônica, onde existe uma presença muito forte não só de grupos étnicos indígenas, mas também de pescadores, seringueiros, ribeirinhos e outros. Com isso, a minha intervenção terá a perspectiva dos povos indígenas, que é a área que conheço melhor, pois há basicamente duas décadas milito, seja na esfera acadêmica, seja na militância política, pelo reconhecimento dos direitos desses povos no Brasil.

O primeiro aspecto importante para mim é a própria formulação do conceito de Diversidade Cultural. Às vezes, tenho a impressão de que falamos muito facilmente da diversidade, mas com pouca responsabilidade sobre as conseqüências quando valoramos essa idéia da Diversidade Cultural. Todo mundo, ou pelo menos a maioria das pessoas, defende a Diversidade Cultural, mas pouco se faz para que essa diversidade efetivamente faça parte do exercício diário da nossa vida no mundo, que tema ver com nosso comportamento, atitudes e formas de relacionamento. Parece que às vezes transferimos a nossa responsabilidade ética e moral para os operadores de direito. As conquistas da Constituição de 1988 são interessantes e avançadas, razão pela qual a Carta é considerada como Constituição Cidadã. No caso dos povos indígenas, esses direitos são muito claros, muito fortes, muito profundos. Mas quase todo mundo se esquece de que esses direitos não podem ser apenas guardados no papel, sem uma mudança de atitude e de comportamento da sociedade.

Na minha percepção, existe um dilema brasileiro no campo da Diversidade Cultural, especificamente em relação aos povos indígenas, quando fazemos muita propaganda e pouca ação. Acompanho um pouco as declarações dos nossos representantes de Governo lá fora, essa propaganda de que o Brasil é um país democrático, um país

pluriétnico, que respeita os direitos humanos e os direitos das minorias, porque existem vários instrumentos legais normativos, que garantem isso, mas, na prática, pouca coisa tem mudado para dar efetividade ao reconhecimento e garantia desses direitos. No caso específico dos povos indígenas, o que pesa é a prática histórica, que insiste pela invisibilidade dessas coletividades. É como se, no imaginário coletivo das pessoas, os povos indígenas existissem, mas não enquanto sujeitos e atores políticos dessa diversidade. Eles simplesmente não são sujeitos de direitos, por exemplo, no campo das

políticas públicas. Então, acho que isso reflete um pouco um conflito que a nossa sociedade brasileira enfrenta.

Em outros países vizinhos a situação de visibilidade e protagonismo estão muito mais avançadas, talvez pela correlação de forças no campo demográfico, mas sobretudo político muito menos desigual. Em países como a Bolívia e até mesmo o México, onde mais de 20% da população é indígena, é evidente que essa visibilidade é maior, e as possibilidades de efetividade desses direitos são ampliadas. Outro aspecto que pode ser entendido como relevante da diversidade Cultural é a aparência física distintiva. Às vezes criamos um imaginário muito restritivo a alguns aspectos como a fisionomia, que expressa um determinado segmento étnico cultural, mas como pouco se procura aprofundar sobre esses sinais diacríticos particulares de um determinado grupo social, logo se apresenta como uma característica distintiva de uma etnicidade ou identidade universal indígena.

É assim que vemos a grande mídia, como a televisão, considerar e apresentar como padrão cultural indígena, as características físicas de indivíduos ou grupos indígenas do Parque Indígena do Xingu, quando se ignora que mesmo entre os diversos grupos indígenas do Parque as diferenças físicas e culturais são tão diferentes. Podemos, então, nos perguntar, o que implica o diferente em sua totalidade? Se reconhecemos os povos indígenas com diversos, é importante atentar sempre para o que isso significa, porque isso implica vários aspectos da vida, não só no campo da filosofia ou da forma de pensar e viver, mas também das formas de conceber a sociedade, a cosmologia, os valores e os contra-valores, o que é considerado como valor e o que é considerado como não-valor. Isso é absolutamente variante, daí essa diversidade. Por que isso é forte no caso da realidade indígena no Brasil? Porque tendemos a homogeneizar e universalizar um determinado fenótipo de grupos sociais que se aparentam e são chamados índios.

Na verdade, existem hoje, no Brasil, 223 povos indígenas e um povo diferente do outro. Por que é diferente? Porque cada povo tem sua língua própria, têm suas tradições próprias, sua mitologia própria, sua cosmologia própria, que se distinguem das demais. Mas isso é muito pouco considerado na forma, por exemplo, de as instituições lidarem com essas populações, particularmente no que se refere às políticas públicas. Quando entramos nesse campo, toda essa diversidade cai por terra, porque temos políticas totalmente monolíticas. As políticas são pensadas como se todo cidadão brasileiro falasse a mesma língua, comesse a mesma comida e da mesma maneira, como se tivesse a mesma origem, a mesma mitologia, a mesma religião, os mesmos valores, as mesmas tradições e costumes, a mesma forma de organização do trabalho, a mesma forma de organização social, econômica e política e assim por diante.

Acho que isso é suficiente para demonstrar o quanto a responsabilidade é grande ao se admitir essa diversidade. Com isso, vivemos, na minha leitura, praticamente três desafios para alcançar uma maior harmonia, um maior respeito efetivo dessa diversidade tão rica. Um primeiro dado é que o Brasil é um dos poucos países com toda essa riqueza da Diversidade Cultural, pois é muito difícil encontrar no mundo contemporâneo outro país com a existência de quase 200 etnias e 200 línguas faladas. Não tenho esse dado, mas, se houver, são pouquíssimos países com essa riqueza, com essa diversidade. Porém, acho que nosso país é muito pouco conhecido e muito pouco considerado e valorizado desse ponto de vista. A segunda questão: como é que se pode trabalhar socialmente essa diversidade? Para mim, sem dúvida nenhuma, na constituição de 1988 houve avanços consideráveis, e é importante que eles sejam destacados e valorizados. Saímos de uma realidade de grande hostilidade, principalmente no campo judicial, e nem é preciso repetir que, durante todo o processo colonial e mesmo depois do início da República, a política com relação a essas culturas era bastante repressiva, etnocida e genocida. Quer dizer, havia uma política deliberada de negação ou até de eliminação dessa diversidade Cultural.

Passamos mais de quatro séculos em que a política oficial dos dirigentes, seja no período colonial ou póscolonial, distinguia negativamente essas pessoas e grupos, física constato que a racionalidade da nossa administração pública é um dos principais responsáveis pela negação da diversidade ou pelo desrespeito aos direitos do que é diferente. E isso é muito forte. Daí resulta que a possibilidade dessa harmonia, desse equilíbrio, dessa

diversidade, passa principalmente pela mudança de consciência, de mentalidade e da cultura da sociedade. E isso vai resultar em mudança da própria configuração do Estado como configuração macro.

Existem alguns conceitos que são muito bonitos e poderiam ser mais bem aproveitados. A própria ideia de democracia. De acordo com muitos autores, uma das maneiras de se avaliar, medir a democracia em uma sociedade é como essa sociedade trata a minoria, como a sociedade se relaciona com esses segmentos que às vezes têm muito mais dificuldade, para de certa maneira, impor sua vontade e seus interesses. E quando falamos de Estado, de poder, estamos falando de uma coisa que no Ocidente é muito mais instrumentalizada que é o conhecimento, que é o saber. Acho que também o saber é algo que precisa ser relativizado. O que foi a colonização para os indígenas? De repente chegou um saber que se considerava melhor e absoluto do que o nosso saber – a verdade em si mesma e que tinha que dominar, domesticar os outros saberes, os outros conhecimentos, gerando essa enorme dificuldade de diálogo intercultural de fato.

Penso que o diálogo da diversidade só será possível quando os saberes forem equivalentes, produzindo mais harmonia entre eles. O que para a academia pode ser

uma heresia total, pode ser uma base epistemológica, religiosa e moral fundamental para garantir o bem viver das pessoas dos grupos. Nesse sentido, penso que o diálogo deve começar fundamentalmente entre os saberes. Tudo isso estamos buscando discutir muito nas universidades, mas ainda com poucos resultados pela ortodoxia dos seus dirigentes. Inclusive, eu coordeno um grupo de 35 estudantes indígenas que estão na pós-graduação, em diferentes universidades brasileiras, para propor e construir este debate no campo acadêmico com aqueles que são os guardiões dessas doutrinas do saber ocidental, do saber científico.

Outra coisa que eu gostaria de abordar é a questão das línguas indígenas. Eu sou do Município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, que é o único município no Brasil onde, do ponto de vista oficial, são reconhecidas três línguas cooficiais. Além do português, temos mais três línguas co-oficiais: o Nheengatu, o Baniwa e o Tukano. Quando falo oficial, porque vigora na base da lei aprovada pela Câmara Municipal e homologada pelo Prefeito e até hoje não foi contestada em outras instâncias. Essa conquista dos povos indígenas daquele município que tem mais de 90 % da população

indígena traz à tona profundas contradições no campo da base legal do Estado Brasileiro, na medida em que define o Estado Brasileiro como monolíngüe, tendo a Língua Portuguesa como a Língua Oficial, mas ao mesmo tempo reconhece aos índios o direito de continuar falando suas línguas próprias.

Existem várias experiências de trabalho com a diversidade lingüística, como são os programas de rádios comunitárias que trabalham com as três línguas. No começo, havia uma dificuldade porque havia conflito de uma língua ser mais valorizada do que a outra, ter mais tempo e assim por diante. Também é preciso capacitar comunicadores indígenas para atuarem a partir de suas línguas, e isso terá impactos e repercussões positivas nas aldeias, na medida em que as informações serão trabalhadas de forma diferente. Acho que essa visibilidade das línguas é fundamental. Aliás, o principal sonho dos povos indígenas, em termos de políticas públicas, é de se pensar em um canal de TV e de rádio público, que simbolizaria como primeiro sinal de reconhecimento dessa diversidade lingüística, nem que fosse concorrendo com os programas pornográficos da madrugada. Se tivéssemos um programa, por exemplo, em língua Guarani, com certeza haveria público na região Sudeste, uma vez que os Guarani estão presentes desde o Rio Grande do Sul até o Espírito Santo.

De repente, se poderia pensar efetivamente nisso para quebrar um pouco o monolingüismo brasileiro, que ainda é muito forte. Lembrando que, dos 700 mil indígenas que ainda existem no Brasil, quase a metade pouco fala e entende a língua portuguesa. Então, como é que eles vão exercer uma cidadania, se têm dificuldades para ouvir e falar o português, que é através do qual se explicam os direitos políticos e assim

por diante? Mas nós temos avançado na questão indígena. O Ministério da Cultura, por exemplo, está inovando. No ano passado, foi feito o registro da Cachoeira de Iauaretê, um lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri, no Alto Rio Negro. A Cachoeira foi registrada como lugar sagrado dos povos indígenas, o que ajudará a protegê-la. Acho que isso é uma revolução nas políticas públicas brasileiras, com relação à Diversidade Cultural dos povos indígenas.

Até pouco tempo a questão de reconhecimento de lugar, de língua era uma coisa do passado, era uma coisa abominável. Acho que existem sinais positivos que precisam ser

cada vez mais fortalecidos, valorizados, divulgados e ampliados para mudar nossa configuração sociocultural brasileira, que ainda é muito baseada em uma monocultura.